



## **PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)**

**MONOTORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

A Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, estipula no artigo 12.º “Monotorização e acompanhamento” que o acompanhamento do PAEL é efetuado nos seguintes termos:

- a) *Pela assembleia municipal, trimestralmente e através informação prestada pela câmara municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano, bem como qualquer outra informação considerada pertinente;*
- b) *Pela DGAL, na sequência da prestação de informação nos termos que vierem a ser definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e das autarquias locais;*
- c) *Pela Inspeção -Geral de Finanças (IGF), através da realização de auditorias sistemáticas aos municípios que integram o Programa I e regulares aos municípios que integram o Programa II.*

2 — *Todos os municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.*

A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, denominada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Esta lei veio condicionar a atividade destas entidades, uma vez que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

Face ao seu desequilíbrio financeiro, especialmente justificado pelo valor do passivo transitado e pela enorme quebra das receitas nos últimos anos, o Município de Moimenta da Beira tem enfrentado dificuldades na regularização do stock da dívida, nomeadamente as dívidas vencidas há mais de 90 dias (pagamentos em atraso), o que poderá colocar em risco o integral cumprimento da LCPA.

A criação do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), teve por base a Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto (regulamentada pela Portaria n.º 281-A/2012), com o objetivo de regularizar o pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção- Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

A adesão a este programa permitiu ao município a celebração de um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e nas condições da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, não podendo o resultado da operação conduzir ao aumento do endividamento líquido do município.

A situação financeira do município foi integrada no Programa I, o qual permitiu a candidatura a um financiamento, no montante de 2.412.487,18 €.

O pedido de adesão foi formulado e instruído nos termos da Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro, sendo acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) elaborado de acordo com o mesmo diploma e com a duração de 20 anos, aprovados pela Assembleia Municipal, em sessão de 28 de setembro de 2012 sob proposta da Câmara Municipal apresentada na reunião de 26 de setembro de 2012, posteriormente enviado para a comissão de análise e submetido a Visto do Tribunal de Contas.

Este processo foi visado em Sessão Diária de Visto da 1.ª Secção do Tribunal de Contas em 21/11/2013.

A primeira tranche, no valor de 1.447.492,31 €, correspondente a 60% do valor do empréstimo contratado, foi recebida no dia 5 de dezembro de 2013, tendo-se procedido de imediato ao pagamento das faturas em atraso abrangidas por este empréstimo.

Assim, o presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na Lei 43/2012, ainda que de forma sintética, a execução do Plano Ajustamento Financeiro do Município de Moimenta da Beira.

O PAF teve que incluir as medidas exigidas na legislação do PAEL, para poder beneficiar do empréstimo de MLP em condições mais vantajosas de taxa de juro do que as existentes no mercado interbancário.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2013 (os constantes das Demonstrações Financeiras) e do outro, dados que tiveram subjacentes projeções financeiras elaboradas em Setembro de 2012.

Desde logo, as projeções financeiras estimavam que o valor do financiamento fosse de 2.473.583,66 €, quando na realidade o valor aprovado pela comissão de análise foi de 2.412.487,18 €.

Por outro lado, as projeções financeiras estimavam que fosse recebido no ano 2013 o valor total inicialmente projetado, quando na realidade durante o ano 2013 apenas foram recebidos 1.447.492,31 €. Verifica-se assim um desfasamento de aproximadamente 1.000.000,00 €, na execução das projeções do ano 2013.

Esta situação, traduz que o valor das dívidas a terceiros seja superior ao previsto no mesmo montante, e igualmente o valor dos empréstimos de MLP seja também inferior. Por outro lado, o facto de a aprovação do empréstimo ter tido uma morosidade superior de aproximadamente um ano face à data prevista, teve repercussões no débito de juros de mora, por parte de alguns fornecedores.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de ajustamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita com base em pressupostos infundados.

Assim, pensamos que só no final de 2014 será possível efetuar verdadeiras comparações em relação ao PAF.

O principal motivo para esses desvios desfavoráveis, como referido, foi a alteração dos pressupostos que serviram de suporte à elaboração e aprovação do PAF, nomeadamente, a redução sistemática das transferências anuais do Estado e a diminuição das receitas próprias do Município (receitas que estão já ao nível do ano de 2005), quando estava prevista uma atualização dessas receitas a uma taxa de inflação de 1% e, ainda, o aumento (aproximadamente de 4%) dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, resíduos, eletricidade, etc.). Saliente-se que as projeções económico-financeiras ajustadas (por força de aprovação do PAEL) foram elaboradas a preços constantes (sem considerar o efeito da inflação).

Acresce ainda que o Estado, perante a grave crise económica e financeira nacional e europeia, veio com novas exigências legislativas de redução anual do nível endividamento, difíceis de cumprir, aplicáveis a todos os Municípios, independentemente da sua dimensão, do seu grau de dependência financeira (face às transferências do Estado), da sua capacidade de libertar anualmente fundos (*cash flow*), do seu desequilíbrio financeiro ou do seu programa de recuperação financeira.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
					2013			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	76.517,93	0,00	103.348,55	103.348,55	103.348,55	239.876,21	136.527,66	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	858,90	858,90	0,00	667,60	667,60	
A3. Receita efetiva	9.949.718,55	11.896.134,34	11.089.969,57	-806.164,77	10.970.237,24	10.647.030,48	-323.206,76	
A3.1. Receita corrente	6.920.741,72	6.873.246,34	6.594.832,00	-278.414,34	7.025.959,24	8.535.236,50	1.509.277,26	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	3.028.976,83	5.022.888,00	4.495.137,57	-527.750,43	3.944.278,00	2.111.793,98	-1.832.484,02	
... da qual								
A3.2.1. Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	402.578,00	18.828,43	-383.749,57	
A4. Despesa efetiva	8.694.281,54	10.689.857,25	8.935.366,14	-1.754.491,11	11.857.334,60	11.146.549,68	-710.784,92	
A4.1. Correntes	6.113.716,87	7.876.057,90	6.025.777,55	-1.850.280,35	8.178.795,07	7.348.487,46	-830.307,61	
... das quais								
A4.1.1. Juros	243.315,36	299.479,00	156.405,45	-143.073,55	258.898,00	387.623,16	128.725,16	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00	59.200,81	0,00	-59.200,81	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	103.498,85	74.336,00	82.506,47	8.170,47	46.469,31	28.968,66	-17.500,65	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	139.816,51	225.143,00	73.898,98	-151.244,02	153.227,88	358.654,50	205.426,62	
A4.1.2. Despesas com pessoal	2.984.532,19	2.626.532,23	2.573.742,66	-52.789,57	2.613.913,00	2.820.458,89	206.545,89	O valor previsto no momento de elaboração do PAF não contemplava o valor do SF e SN para a totalidade dos colaboradores, bem como o acréscimo da contribuição da entidade patronal para a SS e CGA.
A4.2. Despesas de capital (s/ativos e passivos financ.)	2.580.564,67	2.813.799,35	2.909.588,59	95.789,24	3.678.539,53	3.798.062,22	119.522,69	
A5. Saldo global	1.255.437,01	1.206.277,09	2.154.603,43	948.326,34	-887.097,36	-499.519,20	387.578,16	
A5.1. Saldo corrente	807.024,85	-1.002.811,56	569.054,45	1.571.866,01	-1.152.835,83	1.186.749,04	2.339.584,87	
A5.2. Saldo de capital	448.412,16	2.209.088,65	1.585.548,98	-623.539,67	265.738,47	-1.686.268,24	-1.952.006,71	
A6. Saldo primário	1.498.752,37	1.505.756,09	2.311.008,88	805.252,79	-628.199,36	-111.896,04	516.303,32	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.500,00	-7.500,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1.221.106,39	-1.231.219,28	-1.218.934,67	12.284,61	1.294.114,22	314.958,53	-979.155,69	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	275.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00	2.473.583,66	2.247.492,31	-226.091,35	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.496.106,39	2.031.219,28	2.018.934,67	-12.284,61	1.179.469,44	1.932.533,78	753.064,34	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00	66.971,33	0,00	-66.971,33	O PAEL apenas teve visto do TC em 21/11/2013
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.221.106,39	1.231.219,28	1.218.934,67	-12.284,61	1.112.498,11	1.132.533,78	20.035,67	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	275.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00	
A9. Receita total	10.224.718,55	12.696.134,34	11.889.969,57	-806.164,77	13.443.820,90	12.894.522,79	-549.298,11	
A10. Despesa total	10.197.887,93	12.721.076,53	10.954.300,81	-1.766.775,72	13.036.804,04	13.086.583,46	49.779,42	
A11. Saldo para a gestão seguinte	103.348,55	-24.942,19	1.039.017,31	1.063.959,50	510.365,41	47.815,54	-462.549,87	
A12. Serviço da dívida	1.739.421,75	2.330.698,28	2.175.340,12	-155.358,16	1.438.367,44	2.320.156,94	881.789,50	
A13. Endividamento total	12.218.970,01	10.436.328,62	11.055.422,51	619.093,89	9.253.765,69	9.475.355,57	221.589,88	
A13.1 Bancário	6.212.756,00	4.981.537,62	4.993.822,23	12.284,61	6.275.651,84	5.308.780,76	-966.871,08	
A13.1.1 Médio e longo prazo	6.212.756,00	4.981.537,62	4.993.822,23	12.284,61	6.275.651,84	5.308.780,76	-966.871,08	
a. Resultante do PAEL		0,00	0,00	0,00	2.406.612,33	1.147.492,31	-1.259.120,02	O PAEL apenas teve visto do TC em 21/11/2013, tendo sido recebido 60% no ano 2013
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	6.212.756,00	4.981.537,62	4.993.822,23	12.284,61	3.869.039,51	4.161.288,45	292.248,94	
A13.1.2 Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
A13.2 Fornecedores	3.401.422,59	2.825.894,00	3.936.478,13	1.110.584,13	1.823.592,00	2.906.179,67	1.082.587,67	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	2.604.791,42	2.628.897,00	2.125.122,15	-503.774,85	1.154.521,85	1.260.395,14	105.873,29	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	285	274	361	87,00	195	368	173,00	

# MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado)	Quantificação do impacto financeiro		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação do impacto financeiro		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2012		2012			2013		2013			
			Valor ano	Peso/imp acte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		Valor ano	Peso/imp acte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
<b>B.1 Aumento da receita</b>													
1. Fixação nas taxas máximas do IMI	01-01-2013	624.785,73	18.998,71	3%	686.644,63	7%	ATA Reunião CM de 26/09/2012 e AM de 28/09/2012	175.714,78	28%	1.065.366,16	33%	ATA Reunião CM de 18/11/2013 e AM de 28/11/2013	
3. Fixação na taxa máxima da derrama	01-01-2013	0,00	0,00	100%	0,00	0%	ATA Reunião CM de 26/09/2012 e AM de 28/09/2012	70.000,00	100%	32.410,87	-54%	ATA Reunião CM de 18/11/2013 e AM de 28/11/2013	O valor executado é inferior ao previsto, devido à conjuntura económica atual
4. Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais	01-01-2013	158.087,00	9.602,00	6%	171.737,00	2%	ATA Reunião CM de 26/09/2012 e AM de 28/09/2012	9.602,00	6%	171.739,00	2%	ATA Reunião CM de 18/11/2013 e AM de 28/11/2013	
5. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	198.408,00	198.408,00	100%	767.333,20	-2%	Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e preços municipais aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de Junho de 2013 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de Câmara Municipal na reunião de 10 de Maio de 2013.	39.682,00	20%	791.018,72	12%		
6. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2012	75.482,00	126.782,00	168%	87.753,36	-57%	Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e preços municipais aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de Junho de 2013 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de Câmara Municipal na reunião de 10 de Maio de 2013.	126.782,00	168%	102.724,14	-49%		O valor executado é inferior ao previsto, devido à conjuntura económica atual
7. Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município	01-01-2013	0,00	0,00	0%	0,00	0%		80.000,00	100%				
8. Venda de património	01-01-2013	0,00	0,00	0%	0,00	0%		402.578,00	100%	18.828,43	-95%		Para o ano 2013 foi estimada a receita no PAF o valor de 402.578 € e 0,00 € para o ano 2014. Acontece que no ano 2013 apenas foi recebido o valor de 18.828,43€, estimando-se que seja obtido no ano 2014 o valor remanescente.
9. Outras medidas com impacto no aumento da receita c)													
9.1 Comparticipação pela instalação de um novo parque eólico 42 aerogeradores - (contratualizado)	10-12-2012	0,00	285.000,00	100%	0,00	-100%		285.000,00	100%	0,00	-100%		A medida em causa está dependente da estratégia empresarial de terceiros, estando elaborado 1 contrato que obriga a empresa promotora do parque, após o início das obras a pagar os valores previstos no PAF.
9.2 Rendas resultantes da produção de energia eólica de mais 42 aerogeradores	01-01-2014	0,00	0,00	0%	0,00	-100%		0,00	0%	0,00	-100%		A medida em causa está dependente da estratégia empresarial de terceiros, estando elaborado 1 contrato que obriga a empresa promotora do parque, após o início das obras a pagar os valores previstos no PAF.
... discriminar cada medida numa linha													
<b>Total Aumento de receita (B.1)</b>			<b>638.790,71</b>		<b>1.713.468,19</b>			<b>1.189.358,78</b>		<b>2.182.089,32</b>			
<b>B.2 Redução da despesa</b>													
10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal	01-01-2012	2.984.532,19	357.999,96	12%	2.573.742,66	2%		319.495,19	11%	2.820.458,89	8%		O valor previsto no momento de elaboração do PAF não contemplava o valor do SF e SN para a totalidade dos colaboradores, bem como o acréscimo da contribuição da entidade patronal para a SS e CGA.
11. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	01-01-2012	5.023.017,16	246.443,16	5%	5.015.570,97	29%		600.834,16	12%	6.757.138,16	-13%		Apenas foi obtido 60% do PAEL no ano 2013
12. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital	01-10-2012	1.687.360,78	410.544,78	24%	1.163.606,33	10%		479.538,78	28%	1.323.613,08	10%		Apenas foi obtido 60% do PAEL no ano 2013
13. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de Infraestruturas municipais													
14. Outras medidas com impacto na redução da despesa													
14.1 Redução dos juros de mora de fonecedores	01-01-2013	236.795,23	86.429,35	36%	43.802,29	51%		160.636,19	68%	163.221,95	2%		
... discriminar cada medida numa linha													
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>			<b>1.101.417,25</b>		<b>8.796.722,25</b>			<b>1.560.504,32</b>		<b>11.064.432,08</b>			
<b>B.3 Outras medidas</b>													
<b>B. Outras medidas b)</b>													
... discriminar cada medida numa linha													
<b>Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</b>													
<b>Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)</b>			<b>1.740.207,96</b>		<b>10.510.190,44</b>			<b>2.749.863,10</b>		<b>13.246.521,40</b>			

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA										
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura		Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAF				
	2011	2012 total				2013				
<b>Receitas correntes</b>	6.920.741,72	6.873.246,34	6.594.832,00	278.414,34		7.025.959,24	8.535.236,50	-1.509.277,26		
Impostos directos	950.871,42	998.929,40	991.180,99	-2.251,59		1.215.645,47	1.475.897,61	-260.242,14		
IMI	624.785,73	643.784,44	686.644,63	-42.860,19		800.500,51	1.065.368,16	-264.867,65		
IMT	139.468,44	194.992,40	130.080,41	64.911,99		194.992,40	156.684,68	38.307,72		
Derrama	0,00	0,00	0,00	0,00		70.000,00	32.410,87	37.589,13		
Outros	186.617,25	150.152,56	174.455,95	-24.303,39		150.152,56	221.423,90	-71.271,34		
Impostos indirectos	50.457,72	20.018,00	39.189,09	-19.171,09		20.018,04	44.211,64	-24.193,60		
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	75.481,96	202.264,18	87.753,36	114.510,82		202.264,18	102.724,14	99.540,04	O valor realizado, foi inferior ao previsto, devido à conjuntura económica actual.	
Taxas	75.260,49	192.410,76	84.636,93	107.773,83		192.410,76	81.794,08	110.616,68		
Multas	221,47	9.853,42	3.116,43	6.736,99		9.853,42	20.930,06	-11.076,64		
Rendimentos da propriedade	497.099,61	495.603,35	565.161,83	-69.558,48		495.603,55	851.058,58	-355.455,00		
Transferências correntes	4.236.289,31	4.074.841,00	4.055.748,74	19.092,26		4.074.841,00	5.168.499,26	-1.093.658,26		
Venda de bens e serviços correntes	757.164,86	752.007,41	767.333,20	-15.325,79		705.087,00	791.018,72	-85.931,72		
Venda de bens	217.085,45	215.606,77	235.910,12	-20.303,35		202.154,30	248.803,74	-46.649,44		
Serviços	511.893,60	508.406,82	489.457,36	18.949,46		476.685,52	504.355,67	-27.670,15		
Rendas	28.185,81	27.993,82	41.965,72	-13.971,90		26.247,19	37.859,31	-11.612,12		
Outras receitas correntes	353.376,84	339.583,00	88.464,79	251.118,21		312.500,00	101.836,58	210.663,42		
<b>Receitas de capital</b>	3.303.976,83	5.822.888,00	4.495.137,57	1.327.750,43		6.417.861,66	4.358.618,69	2.059.242,97		
Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00		402.578,00	18.828,43	383.749,57		
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00		402.578,00	18.828,43	383.749,57	Para o ano 2013 foi estimada a receita no PAF o valor de 402.578 € e 0,00 € para o ano 2014. Acontece que no ano 2013 apenas foi recebido o valor de 14.944 €, estimando-se que seja obtido no ano 2014 o valor remanescente.	
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências de capital	3.028.976,83	5.022.888,00	3.695.137,57	1.327.750,43		3.541.700,00	2.058.519,10	1.483.180,90	O OE para o ano 2014, atribuiu 90% do FEF à componente corrente. Situação que não foi considerada na elaboração do PAF, bem como as reduções no OE.	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.170.866,00	2.054.200,00	2.053.215,00	985,00		2.054.200,00	955.025,00	1.099.175,00		
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Passivos financeiros	275.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00		2.473.583,66	2.247.492,31	226.091,35		
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	33.778,85	-33.778,85		
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	612,00	858,90	-246,90		0,00	667,60	-667,60		
<b>Total receita</b>	10.224.718,55	12.696.746,34	11.090.828,47	1.605.917,87		13.443.820,90	12.894.522,79	549.298,11		
Receitas correntes	6.920.741,72	6.873.246,34	6.594.832,00	278.414,34		7.025.959,24	8.535.236,50	-1.509.277,26		
Receitas de capital	3.303.976,83	5.822.888,00	4.495.137,57	1.327.750,43		6.417.861,66	4.358.618,69	2.059.242,97		



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA									
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura		Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados	2012 total				Valores estimados PAE	Valores Executados 2013		
	2011					2013			
<b>Despesas correntes</b>	<b>6.113.716,87</b>	<b>7.876.057,90</b>	<b>6.025.777,55</b>	<b>1.850.280,35</b>		<b>8.178.795,07</b>	<b>7.348.487,46</b>	<b>830.307,61</b>	
Despesas com o pessoal	2.984.532,19	2.626.532,23	2.573.742,66	52.789,57		2.613.913,00	2.820.458,89	-206.545,89	
Remunerações certas e permanentes	2.514.900,36	2.183.530,94	2.107.458,24	76.072,70		2.173.040,12	2.255.088,61	-82.048,49	
Abonos variáveis ou eventuais	52.468,66	43.855,82	42.385,85	1.469,97		43.645,11	30.141,51	13.503,60	
Segurança social	417.163,17	399.145,48	423.898,57	-24.753,09		397.227,77	535.228,77	-138.001,00	
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>2.051.466,30</b>	<b>4.023.035,43</b>	<b>2.378.301,42</b>	<b>1.644.734,01</b>		<b>4.422.182,70</b>	<b>3.413.362,73</b>	<b>1.008.819,97</b>	<b>O PAEL apenas teve visto do TC em 21/11/2013</b>
Aquisição de bens	452.430,19	998.084,51	562.765,70	435.318,81		1.097.109,91	811.376,11	285.733,80	
Aquisição de serviços	1.599.036,11	3.024.950,92	1.815.535,72	1.209.415,20		3.325.072,79	2.601.986,62	723.086,17	
Juros e outros encargos	243.315,36	299.479,00	156.755,24	142.723,76		258.898,00	214.713,88	44.184,12	
Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		59.200,81	0,00	59.200,81	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	103.498,85	74.336,00	82.506,47	-8.170,47		46.469,31	28.968,66	17.500,65	
Resultantes de endividamento de curto	139.816,51	225.143,00	74.248,77	150.894,23		153.227,88	185.745,22	-32.517,34	
<b>Transferências correntes</b>	<b>815.349,36</b>	<b>903.017,24</b>	<b>891.287,29</b>	<b>11.729,95</b>		<b>857.866,37</b>	<b>869.326,29</b>	<b>-11.459,92</b>	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	196.034,49	230.505,76	243.876,09	-13.370,33		218.980,47	204.170,38	14.810,09	
Associações de municípios	0,00	126,26	54,06	72,20		119,95	542,10	-422,15	
Instituições sem fins lucrativos	488.760,04	621.377,99	577.508,48	43.869,51		590.309,09	580.653,60	9.655,49	
Famílias	28.541,10	105,10	9.958,90	-9.853,80		99,85	6.308,10	-6.208,25	
Outras	102.013,73	50.902,13	59.889,76	-8.987,63		48.357,02	77.652,11	-29.295,09	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	19.053,66	23.994,00	25.690,94	-1.696,94		25.935,00	30.625,67	-4.690,67	
<b>Despesas de capital</b>	<b>4.084.171,06</b>	<b>4.845.018,63</b>	<b>4.928.523,26</b>	<b>-83.504,63</b>		<b>4.858.008,97</b>	<b>5.738.096,00</b>	<b>-880.087,03</b>	
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>2.252.659,76</b>	<b>2.440.000,00</b>	<b>2.637.269,55</b>	<b>-197.269,55</b>		<b>3.328.583,66</b>	<b>3.343.775,43</b>	<b>-15.191,77</b>	
Investimentos	2.252.659,76	2.440.000,00	2.628.987,44	-188.987,44		3.328.583,66	3.343.775,43	-15.191,77	
Terrenos	77.231,25	79.174,86	78.425,00	749,86		108.008,26	62.745,00	45.263,26	
Habitacões	34.596,24	17.992,03	33.877,99	-15.885,96		24.544,26	70.065,10	-45.520,84	
Edifícios	416.219,07	690.261,12	1.041.498,93	-351.237,81		941.636,02	1.726.968,48	-785.332,46	
Construções diversas	1.499.681,66	1.476.348,42	1.239.252,51	237.095,91		2.013.995,59	1.062.000,47	951.995,12	
Outros	224.931,54	176.223,56	235.933,01	-59.709,45		240.399,53	421.996,38	-181.596,85	
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público	0,00	0,00	8.282,11	-8.282,11		0,00	0,00	0,00	
<b>Transferências de capital</b>	<b>327.904,91</b>	<b>373.799,35</b>	<b>272.319,04</b>	<b>101.480,31</b>		<b>349.955,87</b>	<b>454.286,79</b>	<b>-104.330,92</b>	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	157.625,91	149.519,74	96.819,03	52.700,71		139.982,35	134.040,99	5.941,36	
Associações de municípios	79.940,00	112.139,81	110.000,00	2.139,80		104.986,76	154.830,80	-49.844,04	
Instituições sem fins lucrativos	90.339,00	112.139,81	65.500,01	46.639,80		104.986,76	165.415,00	-60.428,24	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	7.500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7.500,00	-7.500,00	
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.496.106,39</b>	<b>2.031.219,28</b>	<b>2.018.934,67</b>	<b>12.284,61</b>		<b>1.179.469,44</b>	<b>1.932.533,78</b>	<b>-753.064,34</b>	
Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		66.971,33	0,00	66.971,33	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.221.106,39	1.231.219,28	1.218.934,67	12.284,61		1.112.498,11	1.132.533,78	-20.035,67	
Resultantes de endividamento de curto	275.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00		0,00	800.000,00	-800.000,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
<b>Total despesa</b>	<b>10.197.887,93</b>	<b>12.721.076,53</b>	<b>10.954.300,81</b>	<b>1.766.775,72</b>		<b>13.036.804,04</b>	<b>13.086.583,46</b>	<b>-49.779,42</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>6.113.716,87</b>	<b>7.876.057,90</b>	<b>6.025.777,55</b>	<b>1.850.280,35</b>		<b>8.178.795,07</b>	<b>7.348.487,46</b>	<b>830.307,61</b>	
<b>Despesa de capital</b>	<b>4.084.171,06</b>	<b>4.845.018,63</b>	<b>4.928.523,26</b>	<b>-83.504,63</b>		<b>4.858.008,97</b>	<b>5.738.096,00</b>	<b>-880.087,03</b>	
<b>Saldo (Receita - Despesa)</b>	<b>26.830,62</b>	<b>-24.330,19</b>	<b>136.527,66</b>	<b>-160.857,85</b>		<b>407.016,86</b>	<b>-192.060,67</b>	<b>599.077,53</b>	

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO														
Descrição	Valores apresentados em candidatura				Valores Executados 2012	Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2013	Desvio	Observação / Justificação			
	2011		2012 total				2013							
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros			Amortizações	Juros						
Dívida de Curto prazo	6.006.215		5.454.791		7.187.888		1.733.097		2.978.114		4.165.009		1.186.895	
Empréstimos de CP	0		0		0		0		0		0		0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	0		0		1.126.287		1.126.287		0		0		0	Não foi previsto no PAFO valor exigível a CP.
Outra	6.006.215		5.454.791		6.061.600		606.809		2.978.114		4.165.009		1.186.895	
Fornecedores c/c	3.401.423		2.825.894		3.936.478		1.110.584		1.823.592		2.906.180		1.082.588	O PAEL apenas teve visto do TC em 2013, Apenas foi obtido 60% do PAEL no ano 2013
Fornecedores de imobilizado c/c	2.147.552		2.568.611		1.372.166		-1.196.445		1.096.479		778.895		-317.585	
Estado e Outros Entes Públicos	35.790		57.715		54.179		-3.536		56.945		46.217		-10.728	
Clientes, contribuintes e utentes	60.479		0		0		0		0		0		0	
Administração autárquica	0		0		0		0		0		0		0	
Outros credores	360.971		2.571		698.778		696.207		1.098		433.718		432.620	O PAEL apenas teve visto do TC em 2013, Apenas foi obtido 60% do PAEL no ano 2013
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>6.006.215</b>		<b>5.454.791</b>		<b>7.187.888</b>		<b>1.733.097</b>		<b>2.978.114</b>		<b>4.165.009</b>		<b>1.186.895</b>	
Dívida de Médio e longo prazo	6.212.757		4.981.538		3.867.535		-1.114.003		6.275.652		5.308.781		-966.871	
Empréstimos	6.212.757		4.981.538		3.867.535		-1.114.003		6.275.652		5.308.781		-966.871	
No âmbito do PAEL							0		2.406.612		1.447.492		-959.120	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	6.212.757		4.981.538		3.867.535		-1.114.003		3.869.040		3.861.288		-7.751	O PAEL apenas teve visto do TC em 2013
Outra	0		0		0		0		0		0		0	
Fornecedores c/c	0		0		0		0		0		0		0	
Fornecedores de imobilizado c/c	0		0		0		0		0		0		0	
Estado e Outros Entes Públicos	0		0		0		0		0		0		0	
Clientes, contribuintes e utentes	0		0		0		0		0		0		0	
Administração autárquica	0		0		0		0		0		0		0	
Outros credores	0		0		0		0		0		0		0	
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>6.212.757</b>		<b>4.981.538</b>		<b>3.867.535</b>		<b>-1.114.003</b>		<b>6.275.652</b>		<b>5.308.781</b>		<b>-966.871</b>	O PAEL apenas teve visto do TC em 2013
<b>Total da dívida</b>	<b>12.218.971</b>		<b>10.436.329</b>		<b>11.055.423</b>		<b>619.094</b>		<b>9.253.766</b>		<b>9.473.790</b>		<b>220.024</b>	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	60.479		60.479		90.903		30.424		60.479		102.690		42.211	
<b>Total da dívida de natureza orçamental</b>	<b>12.158.493</b>		<b>10.375.850</b>		<b>10.964.520</b>		<b>588.669</b>		<b>9.193.287</b>		<b>9.371.100</b>		<b>177.813</b>	
MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP														
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012		Desvio	Valores candidatura		2013		Desvio		
	2011		2012 total (1.ª com operada + 2.ª com estimada)		Valores Executados			2013		Valores Executados				
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		Amortizações	Juros	Amortizações	Juros			
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP							0	0				0	0	
No âmbito do PAEL			0	0	0	0	0	0	66.971	59.201	0	0	-66.971	-59.201
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.221.106	103.499	1.231.219	74.366	1.218.935	80.506	-12.284	6.140	1.112.498	46.469	1.132.534	28.965	20.036	-17.504
<b>Total</b>	<b>1.221.106</b>	<b>103.499</b>	<b>1.231.219</b>	<b>74.366</b>	<b>1.218.935</b>	<b>80.506</b>	<b>-12.284</b>	<b>6.140</b>	<b>1.179.469</b>	<b>105.670</b>	<b>1.132.534</b>	<b>28.965</b>	<b>-46.936</b>	<b>-76.705</b>

QUADRO V - CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO												
	2012 (previsto PAF)		Valores Apurados 2012		Desvio		2013 (previsto PAF)		Valores Apurados 2013		Desvio	
	D	C	D	C			D	C	D	C		
1 Disponibilidades	193.129		341.773		148.644	0	600.145		161.153		-438.992	0
21 Dívidas de Terceiros	147.243		253.308		106.065	0	166.521		318.791		152.270	0
22 Fornecedores		2.825.894		3.936.478	0	1.110.584		1.823.592		2.906.180	0	1.082.588
23 Empréstimos Obtidos		4.981.538		4.993.822	0	12.284		6.275.652		5.308.781	0	-966.871
24 Estado e Outros Entes Públicos		57.715		5.874	0	-51.841		56.945		46.217	0	-10.728
26 Outros Devedores e Credores	205.462	2.571.182	110.905	1.199.737	-94.557	-1.371.445	205.462	1.097.577	324.209	584.098	118.747	-513.479
261 Fornecedores de Imobilizado		2.568.611		1.198.783	0	-1.369.828		1.096.479		583.157	0	-513.323
264 Administração Autárquica					0	0					0	0
268 Devedores e Credores Diversos	205.462		110.905		-94.557	0	205.462		324.209		118.747	0
(26...) Outras		2.571		954	0	-1.618		1.098		941	0	-156
27 Acréscimos e Diferimentos	34.173	16.746.356	246.366	16.577.624	212.193	-168.732	34.173	17.717.800	245.332	17.798.675	211.159	80.875
271 Acréscimos de Proveitos	24.536		238.181		213.645		24.536		235.996		211.460	
272 Custos diferidos	9.637		8.184		-1.453		9.637		9.336		-301	
273 Acréscimos de custos		754.416		689.143		-65.273		754.416		1.177.589		423.173
274 Proveitos diferidos		15.991.940		15.888.481		-103.459		16.963.384		16.621.087		-342.297
2745 Subsídio para investimentos		15.991.940		15.888.481		-103.459		16.963.384		16.621.087		-342.297
2749 Outras												
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>												
41 Investimentos Financeiros	387.343	0	387.343	0	0	0	387.343	0	387.343	0	0	0
411 Partes de Capital	387.343		387.343		0	0	387.343		387.343		0	0
412 Obrigações e títulos de participação	0				0	0	0		0		0	0
413 (...)	0				0	0	0		0		0	0
415 Outras aplicações financeiras	0				0	0	0		0		0	0
<b>TOTAL</b>	<b>967.350</b>	<b>27.182.685</b>	<b>1.339.695</b>	<b>26.713.535</b>	<b>372.345</b>	<b>-469.150</b>	<b>1.393.644</b>	<b>26.971.566</b>	<b>1.436.829</b>	<b>26.643.951</b>	<b>43.185</b>	<b>-327.615</b>
Total Considerado para Endiv. Líquido	967.350	11.190.745	1.339.695	10.825.054	372.345	-365.691	1.393.644	10.008.182	1.436.829	10.022.864	43.185	14.682
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o EL	0		0									
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO SEC 95	10.223.395		9.485.359		-738.036		8.614.538		8.586.035		-28.503	
<b>EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>												
Stock em 31/Dez de EMLP excepcionados do limite de EL	1.025.244		1.025.249		5		899.796		898.488		-1.308	
Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)	0		0		0		0		0		0	
Créditos do Município relativamente a SM e a entidades do SEL (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)	0		0		0		0		0		0	
Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes	0		0		0		0		0		0	
<b>MONTANTES TOTAIS EXCECIONADOS DOS LIMITES</b>	<b>1.025.244</b>		<b>1.025.249</b>		<b>5</b>		<b>899.796</b>		<b>898.488</b>		<b>-1.308</b>	
<b>TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR</b>	<b>9.198.151</b>		<b>8.460.110</b>		<b>-738.041</b>		<b>7.714.742</b>		<b>7.687.547</b>		<b>-27.195</b>	
Limite Endividamento Líquido da LFL	7.764.469		7.764.689		220		7.864.778		7.834.148		-30.630	
<b>EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>1.433.681,81</b>		<b>695.420,61</b>		<b>-738.261</b>		<b>-</b>		<b>-</b>			
<b>VARIAÇÃO DO EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO FACE AO ANO ANTERIOR</b>												

O valor das receitas correntes foi superior ao estimado no PAF em cerca de 1.500.000 € em virtude do incremento dos impostos diretos, e ainda, do incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2013. Note-se que foram previstas receitas provenientes do novo Parque Eólico no valor aproximado de 625.000,00 € (312.500 ano 2012 e ano 2013), facto que ainda não ocorreu, o que melhoraria a performance global da receita.

A despesa corrente está abaixo da previsão devida, nomeadamente, à diminuição dos pagamentos relacionados com dívidas arrastadas pela não obtenção da totalidade do PAEL no ano 2013, apesar de as despesas com pessoal terem sido superiores em cerca de 200.000,00 € devido ao pagamento dos subsídios de férias e de natal (que não estavam previstos no PAF).

A receita de capital foi inferior à estimada devido à quebra do FEF capital decorrente do Orçamento do Estado para 2013 e também da venda de bens de investimento, que se estima aconteça na sua maioria durante o ano 2014.

Por outro lado, o valor dos passivos financeiros de MLP estão muito abaixo da previsão devida a não ter sido utilizada a 2.ª e 3ª tranches do empréstimo do PAEL (cerca de 1.000.000 €) e de se ter considerado um valor do empréstimo do PAEL superior ao que se verificou na realidade.

No que diz respeito à despesa de capital é superior à estimativa do PAF devida, principalmente, à utilização do empréstimo de curto prazo no valor de 800.000,00 €, situação que não estava prevista.

## **CONCLUSÃO**

Apesar de ainda ser cedo (o visto do Tribunal de Contas autorizando a adesão ao PAEL foi obtido em 21/11/2013) para retirar conclusões acerca das medidas já tomadas e avaliar os desvios quanto ao cumprimento do PAF, não podemos ignorar que o Município de Moimenta da Beira, no final de 2013, apresentava já indicadores económico-financeiros próximos dos previstos no PAF.

Com efeito, continua a existir a necessidade de ajustamento ao nível da receita proveniente de venda de bens e serviços, bem como da contenção das transferências correntes e de capital, assim como a aquisição de bens e serviços, caso contrário, o município terá dificuldade em obter um *cash-flow* positivo que condiciona, manifestamente, não só, a realização dos investimentos, como também, o reembolso oportuno dos empréstimos contratualizados de MLP (nomeadamente, o valor anual aproximado das prestações de capital do empréstimo do PAEL e PREDE).

Não podemos esquecer que a Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis positivos, para realizar novas despesas, e ainda, que o Tribunal de Contas (*vide* Decreto-lei n.º 127/2012 e Acórdãos do TC de 2013 de recusa de visto por existirem fundos disponíveis negativos) não deixa passar quaisquer projetos de investimento (mesmo que comparticipados) quando o Município tenha fundos disponíveis negativos.

No entanto destaca-se o facto de o município no ano 2013, ter cumprido com o essencial dos pressupostos do PAF, diminuindo o seu passivo significativamente em cerca de 1.100.000,00 €, face ao ano anterior, e de ter deixado de violar os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo.

**Nota adicional:**

Em 07 de março de 2014 foi libertada a segunda tranche deste empréstimo, no montante de 482.497,44 €, correspondente a 20% do financiamento concedido, ficando por transferir igual montante que corresponde aos restantes 20%.

O município já procedeu ao pagamento integral das dívidas elegíveis abrangidas pelo valor desta segunda tranche por ordem cronológica da dívida, tendo em conta a sua antiguidade.

Registou-se assim, que o montante total recebido deste empréstimo até à presente data totaliza 1.929.989,75 €.